



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de encerramento do 23º Encontro Nacional de Comércio
Exterior**

Centro de Convenções do Hotel Glória

Rio de Janeiro-RJ, 28 de novembro de 2003

Excelentíssima companheira Rosinha Garotinho, governadora do estado
do Rio de Janeiro,

Meu caro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Meu caro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Senhor Jorge Picciani, presidente da Assembléia Legislativa do Rio de
Janeiro,

Senhor Benedito Fonseca, presidente da Associação de Comércio
Exterior do Brasil,

Senhor Giulite Coutinho, presidente de honra da Associação de
Comércio Exterior do Brasil,

Deputados aqui presentes,

Meus caros senadores Saturnino e Crivella,

Meus amigos, minhas amigas,

Lucélia Santos,

Meus companheiros e companheiras.

Uma coisa importante que vocês, empresários e, sobretudo, os
exportadores precisam compreender é que eu queria trazer meu companheiro
José Alencar aqui, hoje. E ele não veio para não ofuscar o Josué, porque nós
sabíamos que a Coteminas ia ganhar um prêmio. Eu falei para o José Alencar



vir receber o prêmio, mas acontece que, como vice-presidente da República, ele não poderia vir e me disse que o prêmio estaria bem dado e bem guardado nas mãos do Josué.

Mas ele mandou um abraço por não ter podido vir aqui, ontem. Parece-me que ele ia participar de um painel. O Furlan transmitiu o abraço dele, ontem. Mas, como o José Alencar é muito valioso para todos nós, dois abraços valem mais do que um.

Nós preparamos algumas notícias para este encontro de hoje, porque vocês devem ter ouvido muitos discursos. E, embora eu tenha um discurso aqui, razoavelmente longo, eu quero começar com algumas notícias que acho que vocês precisam ouvir.

A primeira medida é a criação do COFIGE – Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações. É a unificação das competências de dois Comitês: o de Crédito e o de Seguro. Com isso, as decisões de concessão do financiamento e da garantia passam a ser conjuntas, facilitando para o exportador, que tem uma resposta rápida, e permitindo maior eficiência do governo no acompanhamento desses programas. Além disso, o COFIGE será vinculado à CAMEX, com um representante de cada Ministério, com indicação nominal.

Dois: revogação das limitações ao uso do CCR. Vocês, exportadores, sabem o que é, mas a Imprensa não sabe e eu vou ter que explicar, aqui, o que é o CCR. O CCR é o mecanismo mais importante para viabilizar a expansão do comércio intra-regional e permitir a participação das empresas brasileiras nos projetos de iniciativa para a integração da infra-estrutura sul-americana.

A revogação das medidas restritivas ao uso do CCR nas importações brasileiras vai permitir o equilíbrio das contas de multilaterais e criar condições de reciprocidade na obtenção dessa garantia para as nossas exportações.

A prioridade política à integração efetiva da América do Sul tem que ter



como contrapartida a prioridade de pagamentos recíprocos. O Executivo está encaminhando as decisões que possibilitarão a plena operacionalização do CCR, com a suspensão de restrições de valores e prazos e minimizando o risco para o Banco Central na condução das operações de comércio exterior, através do CCR.

Justiça seja feita: tanto o companheiro Furlan quanto o Celso Amorim e o Roberto Rodrigues, desde fevereiro, têm insistido para que a gente consiga resolver o problema do CCR, que está resolvido agora.

Terceiro: revisão do seguro de crédito nas operações com o CCR. O objetivo é reduzir a cumulatividade de custos e garantias nas exportações brasileiras para os países da ALADI. Todas as exportações financiadas pelo Proex do BNDES, garantidas pelo CCR, serão classificadas no seguro de crédito como operações do grupo de risco 1, pagando o prêmio correspondente ao prazo de financiamento dessas operações. Corrige-se, assim, a distorção na avaliação de risco individual por país do CCR, já que os pagamentos são feitos através de compensações multilaterais.

Quarto: inclusão dos organismos financeiros internacionais no Proex Equalização, permitindo que as empresas brasileiras ofereçam a equalização do Proex nas licitações internacionais de obras financiadas por organismos internacionais. São milhões de dólares todos os anos, da CAF, do BID e outros organismos que poderão ser associados por exportações brasileiras. A equalização vai aumentar a competitividade das propostas de nossas empresas.

Revisão da resolução Camex nº 33, de 16.12.2002. O Proex Financiamento deve ser destinado, prioritariamente, ao atendimento das exportações de micro, pequenas e médias empresas. Considerou-se que a capilaridade do Banco do Brasil e o baixo custo do Proex Financiamento poderiam incentivar as pequenas e médias empresas a expandir suas exportações. Elas têm maiores dificuldades de acesso ao crédito.



As grandes empresas, que demandam maiores volumes de recursos, poderiam ser atendidas pelo BNDES, que tem menos restrições orçamentárias. A única exceção ao acesso de grandes empresas ao Proex estava no atendimento de operações vinculadas a acordos governamentais.

Nessa revisão que o governo está promovendo nos programas de financiamento e garantia, entendeu-se a necessidade de nova abertura para grandes empresas nas operações de co-financiamento da CAF. Além disso, sempre que houver acordos governamentais que não possam ser viabilizados por financiamentos do BNDES, a Camex poderá examinar, caso a caso, a oferta de financiamento Proex.

Criação do Propex, Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas. As maiores dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas estão na obtenção de financiamento para produção. As garantias exigidas pelos bancos comerciais inviabilizam o crescimento das exportações desses setores. O Tesouro Nacional vai viabilizar linhas do Propex – Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas. Serão realizados leilões de recursos orçamentários para o sistema financeiro, com a fixação, pelo governo, da taxa final a ser oferecida ao exportador.

Eu, na verdade, não precisaria nem falar, apenas dizer para vocês que é importante que os empresários brasileiros tenham a certeza de que nós estamos num caminho que não tem volta. Este país vai voltar a crescer para que possa gerar a oferta de empregos que nós precisamos e para que possa fazer a distribuição de renda que todos nós sonhamos. O que não é possível é não termos consciência do papel que cada um de nós tem, neste momento histórico do nosso país.

Possivelmente, esta seja a última reunião com empresários que eu faça este ano aqui no Brasil, pelo menos, porque na terça-feira estaremos embarcando para o mundo árabe. Eu tenho tentando, desde o primeiro dia de



governo, levantar o moral da tropa, criar as condições para que possamos olhar para a frente com um pouco mais de otimismo, com menos pessimismo e sabermos trabalhar corretamente com o dinheiro que temos e não ficar paralisados, chorando o dinheiro que não temos. Fiz isto e hoje estou convencido de que fiz a coisa certa, porque não caberia ao Presidente da República, ao tomar posse, e ao constatar a situação econômica que o país atravessava, ficar sentado na sua cadeira reclamando do governo anterior. Poucas vezes na história de um país um Presidente da República fez questão de esquecer o governo anterior e pensar um pouco no futuro, pensar naquilo que faltava ser feito ou o que falta ser feito no Brasil.

Eu me lembro de uma conversa que tive com meu companheiro Lessa, no começo do governo. E ele me relatava a situação do BNDES naquele instante. E eu disse ao companheiro Lessa: nós vamos sair dessa reunião vendendo otimismo. Nós vamos dizer que o BNDES não tem nenhum penduricalho, que está tudo maravilhoso, porque se o Presidente da República sair para a rua vendendo decepções e desilusões, a pergunta que eu faço é: por que o povo, então, teria que ser otimista, se o próprio Presidente da República vende pessimismo?

O Celso Amorim e o Furlan devem ter falado muito de política externa. E nós, quando decidimos adotar a política externa como uma das nossas prioridades, era porque nós tínhamos alguns caminhos. Nós tínhamos que escolher a redução das taxas de juros. Uns gostariam que nós pudéssemos baixar 10%, a cada dia. Outros achavam que nós tínhamos que ir mais lentamente, reduzindo de forma mais segura. E outros achavam que nós precisaríamos reduzir os juros, mesmo que a inflação crescesse um pouco.

Nós fizemos uma aposta política. Fizemos uma aposta na credibilidade política que o governo tinha, para fazer todo o sacrifício que precisaria ser feito no primeiro ano sem que, com isso, perdêssemos o patrimônio político acumulado durante tanto tempo. E eu acho que vocês, que são exportadores,



sabem que o resultado hoje é mais primoroso do que muitos analistas, em algum momento, ousaram analisar.

Aliás, não faltaram aqueles que, no começo do ano, previam uma desgraça no final do ano. Não faltaram aqueles que ousaram duvidar que nós iríamos conseguir tirar o “Titanic” do *iceberg*, corrigir o seu casco e começar a discutir qual o rumo que este país vai tomar.

E eu posso dizer para vocês: o nosso país está pronto para dar o segundo passo. Eu acho que ninguém tem dúvida do acerto da política econômica que foi colocada em prática no primeiro semestre. Obviamente, pode não ser a política econômica do ministro Furlan, a política econômica do ministro Palocci, a política econômica do presidente Lula ou a política econômica dos deputados, dos empresários. Mas, certamente, foi a política econômica que permitiu a gente chegar nesta época do ano e sonhar que, para os próximos doze meses, a inflação estará a 5,5% e não a 43%, como era a previsão no final do ano passado. E que garantiu que nós tenhamos batido recordes na nossa política de exportação, e que este país tenha voltado a ter credibilidade internacional e interna.

Esse é o parâmetro necessário para que possamos fazer as outras coisas. Vamos ser francos: quantas pessoas duvidavam que nós mandássemos os projetos da reforma da Previdência e da reforma tributária no dia 30 de abril, como eu mandei, com a assinatura dos 27 governadores de Estado? Não porque era minha, nem porque era a reforma que interessava individualmente a cada governador, mas porque era a que podia ser feita.

Fazer reforma neste país é tão complicado e tão difícil que, se fosse fácil, outros teriam feito. Mesmo entre os empresários, certamente, a Fiesp quer uma, a Firjan quer outra, a Federação do Comércio quer outra, a Federação da Indústria de Brinquedos quer outra. Cada um tem a sua política tributária na cabeça. Cada um tem a sua realidade fiscal na cabeça. Eu tenho certeza, Antonino, que os frigoríficos também têm outra política tributária. Os



vendedores de couro têm uma, os vendedores de carne têm outra, cada um tem a sua política tributária.

O governo não pode ter a sua, o governo tem que construir a média ponderada do que pensa o conjunto da sociedade brasileira. E é por isso que posso dizer para vocês que, se tudo caminhar como estamos pensando, nós iremos, antes do Natal, ter também a política tributária aprovada no nosso país.

É a ideal? É a perfeita? Possivelmente, não. Mas em que país do mundo existe a política tributária perfeita? Aliás, no dia em que houver um país em que as pessoas não critiquem a carga tributária, eu acho que esse país não existe, é o país do faz-de-conta.

Então, nós fizemos aquilo que entendíamos que era preciso fazer para criar uma base sólida para que o Brasil pudesse, a partir daí, seguir o seu caminho, com o seguinte cuidado: nós não queremos ser pegos de sobressalto. Não queremos anunciar nenhum plano mirabolante e que, seis meses depois, a gente tenha que voltar atrás porque o povo, eu penso, já se cansou de viver momentos de êxtase e, alguns meses depois, entrar em verdadeira depressão.

Nós resolvemos fazer as coisas com mais cuidado, mas com a certeza de que os passos só serão dados para a frente. A nossa política de comércio exterior, podem ficar certos disso, vai crescer infinitamente mais do que cresceu neste ano, porque não estamos esperando que as pessoas descubram o que o Brasil tem, estamos tentando ir até as pessoas e mostrar o que o Brasil tem.

Nós não podemos mais, enquanto governantes e classe política, sobretudo, viajar o mundo vendendo as coisas equivocadas do nosso país. Isso, os adversários já fazem. O que nós precisamos é mostrar as coisas boas que nós temos. É verdade que este país tem criança de rua; é verdade que este país tem pobreza; é verdade que este país tem prostituição infantil; é verdade que este país tem carnaval e tem futebol. Mas é verdade, também,



que este país tem indústria, tem tecnologia, tem agricultura capaz de competir, em igualdade de condições, com as melhores indústrias e agriculturas do mundo desenvolvido.

Quando eu chamei o Furlan para ser ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu falei: Furlan, eu quero que você seja um mascate. Eu quero que você seja aquele mascate — eu tenho a lembrança de mascate de quando eu era pequeno, quando chegava um cidadão com uma sacola, batendo na porta e, às vezes, saía minha mãe, ou minha irmã, que não queria comprar mas, depois de meia hora, voltava para dentro com um paninho que tinha comprado para pagar não sei em quantas prestações, mas comprava.

E falei: Furlan, você vai ser esse homem. Você vai botar os produtos do Brasil embaixo do braço e vai viajar esse mundo para vender. Afinal de contas, você aprendeu a fazer isso e tem que fazer. Não dá para ficar aqui, esperando que eles nos descubram, nós temos que fazer valer e acontecer.

Imaginem o potencial que nós temos na América do Sul. E, aí, nós descobrimos que não é possível haver integração comercial na América do Sul se nós não temos as pontes, não temos as hidrovias, não temos as ferrovias, não temos a integração física, fica difícil. Nós não temos nem vôos para muitas capitais da América do Sul. As pessoas têm que ir a Miami para vir ao Brasil. Se as pessoas têm que ir a Miami, já fazem negócio em Miami.

Muitos países da América do Sul passaram décadas acreditando que o Brasil era imperialista. Muitos têm medo dos empresários brasileiros, mas não têm medo dos empresários americanos.

Então, nós é que temos que ir lá, porque a relação comercial é uma relação política, é uma questão de confiança, é uma questão de nos apresentarmos bem e de sabermos vender o nosso produto. Não é nem arrogância, nem prepotência, é a sutileza da conversa. Não adianta ser prepotente, temos que ter os argumentos certos para a hora certa, para vender



as coisas que o Brasil tem.

Eu acho que, hoje, essa é a política consolidada em todos os países da América do Sul. Hoje, as pessoas não vêem mais o país como imperialista. Hoje, as pessoas vêem o Brasil como parceiro, porque nós fizemos questão de dizer que não queremos relação de hegemonia com nenhum país, nós queremos relação de parceria.

Esse é um vício do Brasil. Esse é um vício dos empresários brasileiros, era um vício dos sindicalistas brasileiros: nós nascemos e crescemos olhando para a Europa e para os Estados Unidos. Ora, obviamente que é importante, afinal de contas, são nossos dois principais parceiros comerciais. Mas um país que tem o tamanho do Brasil não pode ficar estagnado, tem que procurar novas fronteiras. Nós temos que ter ousadia.

Alguns empresários foram comigo à África, agora. Há um espaço enorme para o Brasil crescer na sua relação política, cultural e comercial com a África. Agora, não é possível que, para ir à África, se tenha que ir a Paris primeiro. É preciso que nós, do governo e as empresas de aviação, tenhamos noção de que se nós limitarmos o direito de ir e vir das pessoas, estará limitado, também, o direito de comércio.

E, agora, vamos para os países árabes. O último chefe de Estado brasileiro a ir a Beirute foi D. Pedro II. É inacreditável, mesmo que não fosse pelas relações comerciais. A gente não pode andar nas ruas do Rio de Janeiro sem encontrar um árabe. A gente não pode andar nas ruas de São Paulo sem encontrar um árabe. São milhões aqui, no Brasil, muito mais do que os que existem lá em Beirute. Então, até por uma questão de fineza, de delicadeza, de responsabilidade política, o Brasil teria que ter uma relação mais aberta e mais próxima.

Nós vamos ao Líbano, vamos fazer uma feira em Dubai, nos Emirados Árabes, vamos à Síria, ao Egito e à Líbia. É engraçado porque, durante muito tempo, o Brasil não podia nem conversar com a Líbia, porque os americanos



não gostam dos líbios e, então, o Brasil também não tinha que gostar. Os franceses e os italianos nunca deixaram de ter relações com a Líbia, nunca deixaram de comprar o petróleo da Líbia. E nós deixamos de fazer negócio.

Uma coisa que nós queremos, na verdade, é que este país tenha auto-estima, que este país decida o seu destino, trace o seu caminho sem pedir licença a ninguém. Pode-se ter relação de parceria com todo o mundo, sem se curvar.

Vocês, empresários, sabem, e quem faz negócio sabe, o Pratini de Moraes está aqui, já viajou muito e já negociou muito pelo Brasil e sabe perfeitamente bem que ninguém respeita um negociador de cabeça baixa. Ninguém. Nem na relação sindical. Se a pessoa não tiver altivez, se não andar de cabeça erguida e não disser: “Eu sou igual a você, mandei meu produto, é de boa qualidade”, ninguém vai valorizar o seu produto. Ninguém.

Então, nós assumimos a responsabilidade de dizer: Olhe, nós queremos ter parceria com todo mundo. Se a China é importante, é lá que nós vamos, se a Rússia é importante, é lá que nós vamos, se a Índia é importante, é lá que nós vamos. Nós não podemos ficar esperando que alguém permita que a gente vá.

Eu tenho dito: os empresários brasileiros precisam parar de ter medo de se transformarem em empresários multinacionais. Nós temos que ocupar um espaço neste Planeta, e isso é que nem política: ninguém dá licença.

Perguntem para os deputados e para os senadores. Política é assim: você pensa em apresentar um projeto de lei, comenta sobre o assunto no jantar e, no café da manhã, outro já apresentou. Relação comercial é exatamente isso. Se alguém sabe que o Brasil pode vender carne não sei para onde, como, agora, os Estados Unidos querem vender carne para a Rússia e o Brasil não pode entrar, nós vamos ficar esperando alguém fazer concessão ou nós vamos lá, disputar cada quilo de carne que eles querem comprar e mostrar que a nossa é melhor.



Senão, não tem espaço. O Brasil precisa deixar de ser um país em vias de desenvolvimento. Eu não tinha nem cabelo branco e o Brasil já era o “país do futuro”. Será que nós não somos filhos de Deus, que esse futuro nunca chega? Vai chegar, na hora em que depender de nós.

Por isso, o acerto do G-20, lá em Cancún. Essa coisa a gente não aprende na teoria, não. Essa coisa a gente aprende na prática. Eu converso muito com o Celso Amorim, com o Furlan, com o Roberto Rodrigues. Se o Brasil for pelear – como diria o Prati de Moraes –, sozinho, com a União Européia, é uma luta titânica, porque eles são muito fortes.

E, agora, qual é o problema? O Celso sabe bem. Qual é o problema? Acabam de entrar dez países novos na Comunidade Européia, que pertenciam ao Leste Europeu e, portanto, são países com problemas. São países que a parte rica da União Européia vai ter que ajudar, o que significa que vão sobrar menos euros para vir para cá. Então, nós temos que procurar outros caminhos.

E qual é o caminho? Com os Estados Unidos, que são o nosso maior parceiro individual, a coisa parece que bateu quase no topo, ou seja, chegou nas limitações. Eles têm problemas políticos. Não pensem que eles colocam tarifas e não tarifas para os nossos produtos por causa da questão econômica. Num país que tem um PIB de 10 trilhões, isso não é nada. É por uma questão eleitoral. Lá, eles valorizam o eleitor mais do que nós. Eles não mexem porque sabem que mexer no subsídio é mexer num barril de pólvora, e aquilo pode explodir. Então, nós temos que procurar outros.

E aí começam a aparecer a China, a própria Rússia, a Índia, a África do Sul e o México começam a pensar em se voltar um pouco para a América do Sul, para não ficar ligado apenas aos Estados Unidos. Nós não poderemos ter com o Japão apenas a relação que nós temos, de 0,8% das coisas que exportamos. É muito pouco. Agora, nós temos que ir lá, nós temos que partir para cima, não como o time do Brasil fez com o Uruguai, nós temos que partir para cima com mais garra, com mais vontade.



Essas medidas que anunciei aqui são para dizer para vocês o seguinte: essas coisas poderiam ter acontecido há cinco anos, há quatro anos, há três anos, mas aconteceram agora. Portanto, a partir de agora, meus companheiros e companheiras, eu quero dizer para vocês que o governo está cumprindo a sua parte. Eu espero que, com o governo cumprindo a sua parte, os empresários cumprindo a deles e a nossa política externa fazendo o “meio de campo” que está fazendo, não há por que a gente ficar sentado numa cadeira lamentando o vento que não passou, deixando de desfrutar a brisa que está soprando no nosso rosto.

Que Deus ajude este país, porque este país precisa e está dando uma chance a si mesmo. Eu quero dizer para vocês: estou, hoje, há dez meses e 28 dias de governo, mais otimista do que estava no dia 1º de janeiro, quando tomei posse. Todo santo dia e em toda reunião, mesmo com os trabalhadores desempregados, que têm direito de reclamar, mesmo com as pessoas que estão ganhando menos, eu digo: meu filho, espere que as coisas vão acontecer. Não há por que não acreditar que as coisas vão acontecer. E eu quero que vocês trabalhem com esta convicção: o Brasil não deixará de crescer, não voltará a ser o que era antes, numa oscilação que parecia mais um aparelho de cardiograma, que ora estava pulando a 100, ora estava paralisado. É preciso que haja equilíbrio, é preciso que haja uma maré tranqüila. E nós, podem ter certeza, daremos a nossa contribuição.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm